

Refuá Participações S.A.

CNPJ/MF nº 30.638.051/0001-04

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais mil)

	Controladora			Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023
		(Reapresentado)*	(Reapresentado)*	(Reapresentado)*	(Reapresentado)*	(Reapresentado)*
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.687	5	68	16.025	12.136
Contas a receber	8	–	–	–	53.520	57.313
Estoques	9	–	–	–	4.534	4.654
Adiantamentos	–	–	–	–	4.646	2.000
Partes relacionadas	23e	40.000	–	–	40.000	–
Tributos a recuperar	10	–	–	–	4.144	5.668
Outros valores a receber	–	28	25	22	2.271	5.580
Total do circulante		42.715	30	90	125.140	87.351
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Tributos diferidos	24	597	597	597	10.957	10.956
Depósitos judiciais	19	–	–	–	6.618	5.833
Ativo indenizatório	20a	–	–	–	10.437	14.194
Partes relacionadas	23e	5.600	942	392	–	–
Outros créditos	–	–	–	–	2.625	–
Total do não circulante		6.197	1.539	989	30.637	30.983
Total do ativo		269.376	282.266	273.952	506.174	533.038
		275.573	283.805	274.941	536.811	564.021
		318.288	283.835	275.031	661.951	651.372
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023
		(Reapresentado)*	(Reapresentado)*	(Reapresentado)*	(Reapresentado)*	(Reapresentado)*
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	19	2	–	–	25.755	26.153
Obrigações trabalhistas e sociais	15	–	–	–	15.064	12.597
Empréstimo e financiamentos	16	–	–	–	91.503	114.914
Passivo de arrendamentos	13	–	–	–	13.811	12.514
Tributos a recolher	17	2	–	–	3.669	4.718
Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	–	–	–	1.237	568
Parcelamentos de tributos	18	–	–	–	2.386	1.796
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	20	–	–	–	–	1.383
Outras contas a pagar	–	4	2	2	9.500	6.887
Total do circulante		25	4	2	162.925	181.530
Não circulante						
Empréstimo e financiamentos	16	–	–	–	172.908	119.297
Passivo de arrendamentos	13	–	–	–	34.939	49.060
Parcelamentos de tributos	18	–	–	–	6.667	2.690
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	19	–	–	–	15.169	16.448
Partes relacionadas	23e	48.927	1.498	819	–	–
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	20	–	–	–	–	1.222
Ações preferenciais conversíveis	22g	72.697	72.697	–	72.697	72.697
Opções de ações	21	2.134	2.487	6.536	2.134	2.487
Outras contas a pagar	–	–	–	–	7	14
Total do não circulante		123.758	76.682	7.355	304.521	262.693
Patrimônio líquido						
Capital social	22a	304.591	244.591	244.591	304.591	244.591
Reserva de lucros	–	845	845	845	845	845
Reserva de capital	–	97.047	97.047	97.047	97.047	97.047
Ajuste de avaliação patrimonial	–	19.670	19.670	19.670	19.670	19.670
Prejuízos acumulados	(227.648)	(155.004)	(94.479)	(227.648)	(155.004)	(94.479)
Total do patrimônio líquido dos acionistas		194.505	207.149	267.674	194.505	207.149
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	–	–
Total do patrimônio líquido		194.505	207.149	267.674	194.505	207.149
Total do passivo e patrimônio líquido		318.288	283.835	275.031	661.951	651.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais mil)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	
	(Reapresentado)*	(Reapresentado)*		(Reapresentado)*	(Reapresentado)*	
Resultado do exercício	(72.644)	(60.525)		(72.644)	(60.846)	
Itens que não serão reclassificados para o resultado	–	–		–	–	
Outros resultados abrangentes	–	–		–	–	
Resultado abrangente total	(72.644)	(60.525)		(72.644)	(60.846)	
Resultado abrangente atribuível a:						
Acionista controlador	–	–		–	–	
Participações não controladores	–	–		–	–	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em Reais mil)

	Reserva de lucros		Patrimônio líquido dos controladores		Participação de não controladores		Patrimônio líquido consolidado	
	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Transação de capital com sócios	Opções de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Original)		244.591	97.047	845	11.464	19.670	(99.407)	271.119
Ajustes – não auditado		–	–	–	(11.464)	–	4.928	(6.536)
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Reapresentado* – não auditado)		244.591	97.047	845	–	19.670	(94.479)	267.674
Resultado do exercício – não auditado		–	–	–	–	–	(60.525)	(60.525)
Outras transações		–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado* – não auditado)		244.591	97.047	845	–	19.670	(155.004)	207.149
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	(72.644)	(72.644)
Aumento de capital	22a	60.000	–	–	–	–	–	60.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024		304.591	97.047	845	–	19.670	(227.648)	194.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em Reais mil)

1. Contexto operacional

– A Refuá Participações S.A. (“Companhia” ou “Refuá” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paulista, nº 2.313, 4º andar, na cidade de São Paulo-SP. A Companhia foi constituída em 6 de junho de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, civis e comerciais, como sócia ou acionista, no Brasil e no exterior. A Companhia investe em entidades que possuem como principais atividades operacionais a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos e imagens. Conforme demonstrado nas demonstrações financeiras consolidadas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 37.785 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 94.179 em 2023), principalmente em virtude de valores a pagar referentes a empréstimos e debêntures no montante de R\$ 91.503 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 114.914 em 2023). A Companhia conta com o compromisso de aporte pelo seu controlador para liquidar as obrigações de curto prazo. Ademais, a Administração tem rolado suas dívidas, melhorando suas condições de prazo e taxa.

2. Resumo das participações societárias da Companhia

Controladas diretas

Cura Grupo

Cura Centro de Ultrassonografia e Radiologia. (“Cura”)

Mérya Participações S.A. (“Mérya”)

Controladas indiretas

Grupo Mérya e Média (nota 3a)

Mérya Participações S.A. (“Mérya”)

Média Diagnóstico Ltda. (“Média”)

Serviço de Radiologia DMI Curitiba Ltda. (“DMI”)

Takeda & Fernandes Ltda. (“Takeda”)

Ultramed – Unidade de Ultrassonografia Londrina Ltda. (“Ultramed”)

Sonittec – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. (“Sonittec”)

CDIPSUL – Clínica de Diagnóstico por Imagem do Sul Ltda. (“Cdiip”)

Radiodiagnóstico São José Ltda. (“Radio SJ”)

Clínica Hospitalar de Imagem São José Ltda. (“Clínica SJ”)

SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda. (“SRC”) (*)

Ultramed Unidade Bela Suíça Ltda. (“Bela Suíça”)

DMI – Diagnóstico Médico por Imagem Ltda. (“DMI São José”)

Labimagem Serviços de Radiodiagnóstico Ltda. (“Labimagem”)

Labmed Laboratório Médico de Londrina Ltda. (“Labmed”)

C.M.D. – Centro Médico de Diagnóstico Ltda. (“CMD”)

Unidade de Medicina Nuclear de Londrina Ltda. (“UMNN”)

Masto Centro Centro de Diagnóstico de Doenças da Mama Ltda. (“Masto”)

Denso Unidade de Densitometria Ltda. (“Denso”)

(*) Em 30 de outubro de 2023, a Mérya alienou a controlada, deixando a SRC de fazer parte do Cura Grupo (Nota 3 (a))

3. Alterações societárias no exercício corrente e comparativo – a) Alienação SRC:

Conforme previsto no contrato de aquisição da SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda. datado de 05 de junho de 2017, a acionista detentora dos 20% do capital social da SRC, exerceu em 03 de outubro de 2023, a opção de venda das ações da referida empresa. Com o exercício da opção de venda, a controlada Mérya Participações S.A. adquiriu os 20% remanescentes do capital da SRC – Serviço de Radiologia Clínica Ltda., pelo montante total de R\$ 20, passando a ser detentora de 100% do capital da investida. Em 30 de outubro de 2023 a controlada Mérya Participações S.A. alienou 100% das quotas do capital da SRC– Serviço de Radiologia Clínica Ltda., pelo valor total de R\$ 4.000.

4. Base de preparação – 4.1. Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 07 de agosto de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 5 e nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4.3. Base de mensuração:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 4.4. Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos e incertezas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 8 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média de perda; Nota explicativa nº 8 e 25 – reconhecimento e mensuração das deduções da receita por glosas: principais premissas na determinação da taxa média de perda; Nota Explicativa nº 12 e 14 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, ágio e imobilizado por expectativa de rentabilidade futura; Nota Explicativa nº 19 – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Nota Explicativa nº 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Mensuração do valor justo:

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia e suas controladas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros.

5. Principais políticas contábeis materiais

– A Companhia aplicou as principais políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. 5.1. Base de

continua

... continuação

consolidação: (i) Controladas diretas e indiretas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro das participações societárias na nota explicativa nº 2. **(ii) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: (a) Eliminação dos ganhos ou perdas registradas por equivalência patrimonial das controladas; (b) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; (c) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas; (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas das operações não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(iv) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. **5.2. Receita operacional:** As controladas da Companhia adotaram inicialmente a NBC TG 47/o CPC 47 em 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na Nota Explicativa nº 25. As receitas de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **5.3. Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o princípio contábil da competência. **5.4. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem, basicamente, receita de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos sobre o montante do principal em aberto. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos bancários, financiamentos e debêntures, juros sobre passivos de arrendamento e juros sobre compromissos a pagar por aquisições de Companhia. Também integram esse saldo as variações cambiais passivas, despesas bancárias e juros sobre parcelamento de impostos. **5.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto de renda e a contribuição social das Companhias com tributação pelo lucro presumido são calculados à aplicação do percentual de 32% para imposto de renda e contribuição social sobre a receita de serviços. Sobre a base de cálculo, os impostos foram calculados por meio da aplicação de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A tabela abaixo demonstra a forma de tributação por Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Refuá	Lucro Real	Lucro Real
Cura	Lucro Real	Lucro Real
Mérya	Lucro Real	Lucro Real
Medvia	Lucro Presumido	Lucro Presumido
DML	Lucro Real	Lucro Real
Takeda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Ultramed	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Sonitec	Lucro Real	Lucro Real
Cdip	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Radio SJ	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Clínica SJ	Lucro Presumido	Lucro Presumido
SRC	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Ultramed Bela Suíça	Lucro Presumido	Lucro Presumido
DML São José	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Labimagem	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Labmed	Lucro Presumido	Lucro Presumido
CMD	Lucro Presumido	Lucro Presumido
UMIN	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Masto	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Denso	Lucro Presumido	Lucro Presumido

a. Despesas sobre imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa sobre imposto corrente refere-se a imposto a pagar ou compensar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas informadas pelo Fisco. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como receita ou despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **5.6. Estoques:** Correspondem aos itens de materiais, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados nos atendimentos laboratoriais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **5.7. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Quaisquer ganho ou perda na alienação de um ativo são reconhecidos no resultado. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia e suas controladas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes, por quantidade de anos:

Anos
10
Benefitorias em imóveis de terceiros
4
Máquinas e equipamentos
10
Móveis e utensílios
10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **5.8. Ativos intangíveis: (i) Ágio:** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Anos
5
Carteira de clientes
12 a 14
Marcas
30
Cláusula de não competição
3 a 5

5.9. Depósitos judiciais: Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Dessa forma, a Companhia e suas controladas mantêm os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, não apresentando a compensação com uma respectiva provisão para ação avaliada com risco de perda provável registrada no passivo não circulante. **5.10. Instrumentos financeiros:**

a. Reconhecimento e mensuração inicial: A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b. Classificação e mensuração subsequente:** (i) *Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. (ii) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iv) *Instrumentos financeiros derivativos:* Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza. **5.11. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos

ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **5.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou não formalizada que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a potencial obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.13. Arrendamentos e direito de uso:** A Companhia aplica o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis onde estão alocados os laboratórios. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **5.14. Reapresentação de cifras comparativas em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 1º de janeiro e de 31 de dezembro de 2023, estão sendo retificadas para refletir o ajuste de opções de ações. Considerando os termos e condições contemplados nos contratos de outorga, baseado no CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, a correta classificação do saldo deve ser passivo e não patrimônio líquido, uma vez que os contratos podem ser liquidados via caixa. Em função desta mudança, a Companhia está efetuando os seguintes ajustes e reclassificações referentes aos exercícios de 1º de janeiro e de 31 de dezembro de 2023, de acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1) e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. a) Balanço Patrimonial

	Controladora			Controladora		
	31/12/2023	Reapresentado		01/01/2023	Reapresentado	
	Original	Ajuste	(não auditado)	Original	Ajuste	(não auditado)
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	2	–	2	–	–	–
Outras contas a pagar	2	–	2	2	–	2
Total do circulante	4	–	4	2	–	2
Não circulante						
Partes relacionadas	1.498	–	1.498	819	–	819
Ações preferenciais conversíveis	72.697	–	72.697	–	–	–
Opções de ações	–	2.487	2.487	–	6.536	6.536
Total do não circulante	74.195	2.487	76.682	819	6.536	7.355
Patrimônio líquido						
Capital social	244.591	–	244.591	244.591	–	244.591
Reserva de lucros	15.565	(14.720)	845	12.309	(11.464)	845
Reserva de capital	97.047	–	97.047	97.047	–	97.047
Ajuste de avaliação patrimonial	19.670	–	19.670	19.670	–	19.670
Prejuízos acumulados	(167.237)	12.233	(155.004)	(99.407)	4.928	(94.479)
Total do patrimônio líquido dos acionistas	209.636	(2.487)	207.149	274.210	(6.536)	267.674
Total do patrimônio líquido	209.636	(2.487)	207.149	274.210	(6.536)	267.674
Total do passivo e patrimônio líquido	283.835	–	283.835	275.031	–	275.031
	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2023			31/12/2023		

	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
			(não auditado)			(não auditado)
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	26.153	–	26.153	20.925	–	20.925
Obrigações trabalhistas e sociais	12.597	–	12.597	14.704	–	14.704
Empréstimo e financiamentos	114.914	–	114.914	150.465	–	150.465
Passivo de arrendamentos	12.514	–	12.514	11.937	–	11.937
Tributos a recolher	4.718	–	4.718	4.586	–	4.586
Imposto de renda e contribuição social a recolher	568	–	568	612	–	612
Parcelamentos de tributos	1.796	–	1.796	2.466	–	2.466
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	1.383	–	1.383	43.981	–	43.981
Outras contas a pagar	6.887	–	6.887	2.686	–	2.686
Total do circulante	181.530	–	181.530	252.362	–	252.362
Não circulante						
Empréstimo e financiamentos	119.297	–	119.297	61.841	–	61.841
Passivo de arrendamentos	49.060	–	49.060	38.041	–	38.041
Parcelamentos de tributos	2.690	–	2.690	4.405	–	4.405
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	16.448	–	16.448	20.395	–	20.395
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	–
Compromissos a pagar por aquisições de empresa	–	–	–	1.222	–	1.222
Ações preferenciais conversíveis	72.697	–	72.697	–	–	–
Opções de ações	–	2.487	2.487	–	6.536	6.536
Outras contas a pagar	14	–	14	70	–	70
Total do não circulante	260.206	2.487	262.693	125.974	6.536	132.510
Patrimônio líquido						
Capital social	244.591	–	244.591	244.591	–	244.591
Reserva de lucros	15.565	(14.720)	845	12.309	(11.464)	845
Reserva de capital	97.047	–	97.047	97.047	–	97.047
Ajuste de avaliação patrimonial	19.670	–	19.670	19.670	–	19.670
Prejuízos acumulados	(167.237)	12.233	(155.004)	(99.407)	4.928	(94.479)
Total do patrimônio líquido dos acionistas	209.636	(2.487)	207.149	274.210	(6.536)	267.674
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(3.091)	–	(3.091)
Total do patrimônio líquido	209.636	(2.487)	207.149	271.119	(6.536)	264.583
Total do passivo e patrimônio líquido	651.372	–	651.372	649.455	–	649.455

Controladora			Consolidado		
31/12/2023			31/12/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Reapresentado
			(não auditado)		(não auditado)
Receita líquida	–	–	–	306.082	306.082
Custo dos serviços prestados	–	–	–	(236.823)	(236.823)
Lucro bruto	–	–	–	69.259	69.259
Outras (despesas) receitas operacionais					
Despesas comerciais	–	–	–	(4.572)	(4.572)
Despesas gerais e administrativas	(1.922)	–	(1.922)	(66.663)	(66.663)
Opções de ações	(3.256)	7.305	4.049	(3.256)	4.049
Resultado de equivalência patrimonial	(62.652)	–	(62.652)	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–	–	(919)	(919)
Outras receitas/(despesas) operacionais	–	–	–	(7.739)	(7.739)
	(67.830)	7.305	(60.525)	(83.149)	(75.844)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e tributos	(67.830)	7.305	(60.525)	(13.890)	7.305
Receita financeira	–	–	–	977	977
Despesa financeira	–	–	–	(48.679)	(48.679)
Resultado financeiro, líquido	–	–	–	(47.702)	(47.702)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(67.830)	7.305	(60.525)	(61.592)	7.305
Imposto de renda e contribuição social – corrente	–	–	–	(6.559)	(6.559)
Resultado do exercício	(67.830)	7.305	(60.525)	(68.151)	7.305
Resultado líquido atribuído a:					
Participação do acionista controlador	–	–	–	(67.830)	7.305
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(321)	–
c) Demonstrações de resultados abrangentes					

Controladora			Consolidado		
31/12/2023			31/12/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Reapresentado
			(não auditado)		(não auditado)
Resultado abrangente total (Original)	(67.830)	7.305	(60.525)	(67.830)	(68.151)
Resultado abrangente total (Reapresentado – não auditado)	(67.830)	7.305	(60.525)	(67.830)	(68.151)
Resultado abrangente atribuível a:					
Acionista controlador	–	–	–	(60.525)	7.305
Participações não controladoras	–	–	–	(321)	–
d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					

	Controladora							Consolidado
	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva de Capital	Transação de capital com sócios	Opções de Ações	Prejuízos			
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Original)	244.591	97.047	845	11.464	19.670	(99.407)	274.210	271.119
Ajustes	–	–	–	(11.464)	–	4.928	(6.536)	(6.536)
Saldo em 01 de janeiro de 2023 (Reapresentado – não auditado)	244.591	97.047	845	–	19.670	(94.479)	267.674	264.583
	Controladora							Consolidado
	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva de Capital	Transação de capital com sócios	Opções de Ações	Prejuízos Acumulados			
Saldo em 31 de dezembro 2023 (Original)	244.591	97.047	845	14.720	19.670	(167.237)	209.636	209.636
Ajustes	–	–	–	(14.720)	–	12.233	(2.487)	(2.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado – não auditado)	244.591	97.047	845	–	19.670	(155.004)	207.149	207.149
								continua ...

e) Demonstrações dos fluxos de caixa													
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2023				31/12/2023		31/12/2023			
		Reapresentado		Reapresentado				Reapresentado		Reapresentado			
		Original	Ajuste	Original	Ajuste			Original	Ajuste	Original	Ajuste		
		(não auditado)		(não auditado)				(não auditado)		(não auditado)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais													
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social													
		(67.830)	7.305	(60.525)	(61.592)	7.305	(54.287)			(2.107)	-	(2.107)	
Ajuste por:										-	-	132	
Depreciação e amortização		1.732	-	1.732	38.287	-	38.287			-	-	(3.947)	
Opções de ações		3.256	(7.305)	(4.049)	3.256	(7.305)	(4.049)			-	-	(2.385)	
Juros sobre passivos de arrendamento		-	-	-	4.791	-	4.791			-	-	-	
Juros de debêntures, empréstimos e financiamentos		-	-	-	36.042	-	36.042			-	-	-	
Atualização monetária dos compromissos a pagar		-	-	-	2.515	-	2.515			-	-	-	
Constituição de perda estimada para glosas		-	-	-	3.453	-	3.453			-	-	-	
Provisões para riscos civis e trabalhistas		-	-	-	254	-	254			-	-	-	
Provisões para perdas de créditos esperadas		-	-	-	700	-	700			-	-	-	
Baixa residual de ativo imobilizado e intangível		-	-	-	1.101	-	1.101			-	-	-	
Resultado de equivalência patrimonial		62.652	-	62.652	-	-	-			-	-	-	
Earn out		-	-	-	7.667	-	7.667			-	-	-	
Outros		-	-	-	175	-	175			-	-	-	
(Prejuízo) Lucro ajustado		(190)	-	(190)	36.649	-	36.649			(72.697)	-	(72.697)	
Variações nos ativos e passivos operacionais													
(Aumento) redução das contas do ativo													
Contas a receber		-	-	-	(20.641)	-	(20.641)			-	-	164.401	
Estoques		-	-	-	447	-	447			-	-	(178.538)	
Adiantamentos		-	-	-	(1.524)	-	(1.524)			72.697	-	72.697	
Tributos a recuperar		-	-	-	(1.725)	-	(1.725)			-	-	(16.032)	
Depósitos judiciais		-	-	-	(1.886)	-	(1.886)			-	-	-	
Outros créditos		(4)	-	(4)	(2.332)	-	(2.332)			72.697	-	72.697	
Aumento (redução) das contas do passivo													
Fornecedores		2	-	2	5.228	-	5.228			(63)	-	(63)	

6. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas.													
Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. A. CPC 26 (R1): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu um novo padrão equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. • Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". B. Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).													
7. Caixa e equivalentes de caixa													
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
Caixas e bancos		2.687	5	9.135	6.025								
Aplicações financeiras		-	-	6.890	6.111								
		2.687	5	16.025	12.136								
As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa com liquidez imediata, remuneradas a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento médio de 100% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.													
8. Contas a receber – consolidado													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Convênios		87.481		72.917				87.481		72.917			
Particulares – cartão de crédito		7.483		4.745				7.483		4.745			
Outros		427		185				427		185			
		95.391		77.847				95.391		77.847			
Provisões para perdas de créditos esperadas		(22.545)		(15.011)				(22.545)		(15.011)			
Perda estimada para glosas de convênios		(19.326)		(5.523)				(19.326)		(5.523)			
Total contas a receber, líquido		53.520		57.313				53.520		57.313			
Provisões para perdas de créditos esperadas: As controladas da Companhia estimam suas perdas de crédito esperadas considerando a probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis. Em 2024 a Companhia revisitou seus critérios prospectivos de avaliação dos seus créditos e aprimorou as estimativas utilizadas na avaliação de suas perdas, o que acarretou um aumento dos montantes provisionados no exercício. Perda estimada para glosas de convênios: A perda estimada para glosas de convênios é realizada com base em													
Análises de perdas históricas, sendo adotado um percentual sobre o faturamento contra os convênios. Essa estimativa é revisada pela Companhia e suas controladas a cada data de demonstração financeira. Em 2024 a Companhia revisitou seus critérios prospectivos de avaliação dos seus créditos e aprimorou as estimativas utilizadas na avaliação de suas perdas, o que acarretou um aumento dos montantes provisionados no exercício. As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
A vencer		37.297		(759)				37.297		(759)			
Vencidos de 1 até 90 dias		13.395		(653)				13.395		(653)			
Vencidos entre 91 e 180 dias		5.095		(855)				5.095		(855)			
Vencidos entre 181 e 360 dias		10.007		(10.007)				10.007		(10.007)			
Acima de 361 dias		29.597		(29.597)				29.597		(29.597)			
		95.391		(41.871)				95.391		(41.871)			
A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e glosas de convênios constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Saldo em 31/12/2022		(16.381)						(16.381)					
(-) Reversão de provisão por perda efetiva		2.396						2.396					
(+/-) Complemento de perda estimada		(6.549)						(6.549)					
Saldo em 31/12/2023		(20.534)						(20.534)					
(-) Reversão de provisão por perda efetiva		204						204					
(+/-) Complemento de perda estimada		(21.541)						(21.541)					
Saldo em 31/12/2024		(41.871)						(41.871)					
9. Estoques – consolidado													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Material médico-hospitalar e medicamentos		3.924		3.047				3.924		3.047			
Material gráfico		348		1.049				348		1.049			
Outros estoques		262		558				262		558			
		4.534		4.654				4.534		4.654			
10. Tributos a recuperar – consolidado													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
IRPJ a compensar (i)		2.079		2.226				2.079		2.226			
CSLL a compensar (i)		1.589		2.502				1.589		2.502			
Outros créditos tributários		476		940				476		940			
		4.144		5.668				4.144		5.668			
(i) Trata-se de antecipações e saldos credores de exercícios anteriores. As controladas da Companhia utilizam os créditos mediante a formalização de declarações de compensações.													
11. Investimentos – controladora – a. Composição do saldo													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Investimentos													
Cura		134.377		146.724				134.377		146.724			
Mérya		110.298		102.417				110.298		102.417			
Total		244.675		249.141				244.675		249.141			
Agio e intangíveis identificados em combinação de negócios													
Grupo Cura		89.773		90.351				89.773		90.351			
Grupo Mérya		30.545		31.559				30.545		31.559			
Total		120.318		121.910				120.318		121.910			
Total dos investimentos		269.376		282.266				269.376		282.266			
As principais informações sobre a participação no patrimônio líquido nas empresas controladas são apresentadas da seguinte maneira:													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Cura		100%		503.426		369.049		100%		503.426		369.049	
Mérya		13,31%		110.299		1		13,31%		110.299		1	
Lucro (prejuízo) da controlada													
		(73.476)		16.374				(73.476)		16.374			
Resultado da equivalência patrimonial													
		2.180		(71.296)				2.180		(71.296)			
		73.476		16.374				73.476		16.374			
Lucro (prejuízo) da controlada													
		(64.165)		11.364				(64.165)		11.364			
Resultado da equivalência patrimonial													
		1.513		(62.652)				1.513		(62.652)			

b. Mapa de movimentação													
		Agio		Carteira de clientes		Marca		Cláusula de não competição		Softwares		Total	
Descrição		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	
Saldo Líquido em		292.196		119.591		9.144		8.716		985		430.362	
Adições		-		-		-		-		9.666		9.666	
Amortizações		-		(11.850)		(349)		(3.200)		(268)		(15.667)	
Saldo Líquido em		292.196		107.741		8.795		5.516		10.383		424.361	
Adições		-		-		-		-		3.225		3.225	
Amortizações		-		(11.712)		(349)		(3.200)		(1.433)		(16.694)	
Saldo Líquido em		292.196		96.029		8.446		2.316		12.175		411.162	
c. Análise de impairment do agio: Para fins de análise de impairment, foi entendido que o Cura Grupo, o qual é controlado pela Refuá, possui uma única unidade geradora de caixa: Medicina Diagnóstica. Esse entendimento leva em consideração que o Cura Grupo possui um modelo de gestão integrado e consolidado, onde todas as tomadas de decisões estratégicas são efetuadas considerando as informações do Grupo. Adicionalmente a administração entende que existe um segmento operacional único e todas as análises estratégicas são feitas com base nos ativos trabalhando em conjunto dentro deste segmento. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi efetuado teste de recuperação considerando os fluxos de caixa descontados do Grupo Cura, resultando no retorno econômico sobre os ágios, em linha com o Pronunciamento Técnico – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos, em que é exigido o teste pelo menos uma vez a cada exercício. O processo de estimativa do valor em uso considera premissas de projeções de receitas, custos e despesas e envolve a utilização de julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e suas controladas. O teste de impairment não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas. A Companhia utilizou as seguintes premissas para projeção de fluxo de caixa: • Período de dez anos (tempo médio esperado para maturação da operação, considerando o segmento de saúde) acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa, descontado ao valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital - WACC) de 13,37% (15,14% em 2023). • Crescimento do volume baseado em indicadores históricos e de mercado e projeções de inflação baseadas em projeções macroeconômicas. • Despesas e custos projetados considerando indicadores macroeconômicos e variação em relação a receita. Adicionalmente, levou-se em consideração diluição de custos relacionados a melhoria de ocupação da capacidade instalada e ganhos de sinergia. d. Relacionamento de clientes: Refere-se a carteira de clientes adquiridas em combinação de negócios. Para fins de mensuração de ativo intangível, foi considerado o fluxo de caixa descontado contendo as receitas e despesas atreladas à carteira de clientes (basicamente convênios de saúde) existentes nas datas das combinações de negócios. A vida útil estimada pela Companhia para as carteiras de clientes varia entre 12 e 14 anos. e. Marcas: Refere-se a marcas adquiridas em combinação de negócios que foram mensuradas ao valor justo. A vida útil esperada pela Companhia para marcas é de 30 anos. f. Acordo de não competição: Refere-se a cláusula contratual firmada em combinação de negócios. A eventual violação dessa cláusula resulta em multas compensatórias. Este é um ativo intangível pois forma proteção para os compradores sobre o não retorno dos vendedores ao mercado de atuação. O prazo de amortização varia de 3 a 5 anos. g. Software: Refere-se basicamente aos gastos efetuados na aquisição e implantação de um novo software para o Grupo, o qual são amortizados pelo prazo de 5 anos.													
15. Obrigações trabalhistas e sociais – consolidado													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Provisão de férias		7.023		7.547				7.023		7.547			
Bônus a pagar		2.255		2.000				2.255		2.000			
INSS a recolher		2.235		2.394				2.235		2.394			
Salários a pagar		3.011		-				3.011		-			
FGTS a recolher		496		563				496		563			
Outros		44		93				44		93			
		15.064		12.597				15.064		12.597			

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures – consolidado													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Capital de giro		255.600		200.062				255.600		200.062			
Conta garantida		-		31.430				-		31.430			
Financiamentos		5		5.499				5		5.499			
Finame		1		-				1		-			
Outros		5		3.312				5		3.312			
		264.411		234.211				264.411		234.211			
		91.503		114.914				91.503		114.914			
		172.908		119.297				172.908		119.297			
a. Debêntures: Para liquidar parte dos empréstimos das Companhias adquiridas, foi emitido em 25 de abril de 2019, pelo Cura, o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Real, com Garantia Fiduciária Adicional, em Série Única, com Esforço Restrito de Distribuição ("Emissão de Debêntures"). O valor total da emissão de debêntures foi de R\$67.500, equivalente a 67.500 debêntures, tendo cada o valor nominal unitário de R\$1 e sobre o valor nominal unitário, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de um spread ou sobre taxa equivalente a 2,05% ao ano. A liquidação total das debêntures será em 9 parcelas em 4,5 anos. As parcelas vencem em 25 de abril e 25 de outubro de cada ano, sendo que o vencimento da primeira parcela foi em 25 de abril de 2020. Os custos de transação foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, com evidencição do valor líquido recebido. A sensibilidade no resultado do exercício é realizada por competência, seguindo o prazo de liquidação do instrumento de dívida. Em 07 de julho de 2023, as debêntures foram antecipadamente liquidadas pelo montante total de R\$ 15.458. b. Capital de giro e conta garantida: No decorrer de 2021 a Companhia efetuou contratação de empréstimos visando o pagamento de compromissos por aquisição de equipamentos, a aquisição de equipamentos médicos e a recomposição do caixa, impactado pelo efeito da pandemia Covid-19, principalmente no 2º e 3º trimestres de 2021. Ao longo de 2023 e 2024, a Companhia efetuou captações de empréstimos, via capital de giro e conta garantida, com intuito de reter o fluxo de caixa e quitação dos compromissos por aquisição de Companhia. c. Cláusulas restritivas (covenants): Alguns contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas (covenants), estabelecendo que o Índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado não poderá ser superior a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não cumpriu com os indicadores estabelecidos. Foi obtido a renúncia formal (waiver) de dois credores sem cobrança de honorários, portanto, o não cobrança da dívida antecipaadamente. d. Garantias: A maioria dos empréstimos tem como garantia fluxos de recebíveis e aval da Companhia. e. Mapa de movimentação: A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante está demonstrada a seguir:													
		31/12/2024		31/12/2023				31/12/2024		31/12/2023			
Saldo inicial		234.211		212.306				234.211		212.306			
(+/-) Obtidos		120.115		164.401				120.115		164.401			
(-/-) Liquidados		(128.101)		(178.538)				(128.					

continuação	Refuá Participações S.A.				estão apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Abaixo demonstramos os saldos ativos e passivos da Companhia com suas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.			
	Consolidado		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	
2025				33.808	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2026			72.736	25.631	40.000	-	-	-
2027			54.205	37.483		48.927		1.498
2028 em diante			45.967	22.375				
			172.908	119.297	45.600	48.927	942	1.498
17. Tributos a recolher – consolidado					45.600	48.927	942	1.498
Consolidado		31/12/2024	31/12/2023		Valores referentes a rateio de despesas corporativas e envio de recursos para suprir as necessidades de caixa entre as empresas do Grupo. O valor de R\$ 40.000 apresentado no ativo circulante será utilizado ao longo de 2025 e destinado a aumento de capital social.			
Tributos sobre receitas a faturar		1.089	2.938		24. Imposto de renda e contribuição social – consolidado – O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma Autoridade Fiscal. A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:			
IRRF a recolher		1.006	774		31/12/2024		31/12/2023	
ISS a recolher		629	377					
COFINS a recolher		395	147					
PIS a recolher		55	156					
Outros tributos a recolher		495	326					
		3.669	4.718					
18. Parcelamentos de tributos – consolidado					Tributos diferidos – ativo			
Consolidado		31/12/2024	31/12/2023		Prejuízo fiscal e contribuição social negativa			
Parcelamento de ICMS (i)		297	716		Amortização de mais-valias em combinações de negócios			
Parcelamento de INSS (ii)		234	261		Provisões para perdas de créditos esperadas e glosas			
REFIS – Lei 12.996/14 (iii)		237	916		Provisão para honorários médicos e fornecedores (competência)			
PERT Previdenciário – Lei 13.496/17 (iv)		1.757	1.033		Provisão para bônus			
Parcelamento federal (v)		6.183	-		Outros			
Outros tributos parcelados		345	1.560		Base de cálculo			
		9.053	4.486		Tributos diferidos – passivo			
Circulante		2.386	1.796		Receita a faturar			
Não circulante		6.667	2.690		Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%			
i) Parcelamento de ICMS – A controlada Ultramed, realizou o parcelamento de ICMS sobre importação de equipamentos, por meio do Programa de Parcelamento Incentivado, autorizado pela Lei nº 16.097/14. Os débitos foram aprovados em setembro de 2015 e parcelados em 120 parcelas mensais sucessivas. ii) Parcelamento de INSS – Em 31 de agosto de 2017, a controlada Ultramed entrou com pedido de adesão a MP 783, do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Os débitos foram parcelados em 120 parcelas mensais e sucessivas. iii) REFIS – O Cura. aderiu ao parcelamento especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009, nos termos da Portaria Conjunta no 6 de 22/07/2009. O programa destinou-se ao pagamento dos débitos de qualquer natureza junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), vencidos até 30 de novembro de 2008. Os débitos foram parcelados em 180 parcelas mensais e sucessivas. iv) PERT Previdenciário – As controladas Ultramed e Sonitec aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) em 2017. Os débitos foram aprovados em setembro de 2009 e parcelados em 145 parcelas mensais e sucessivas. v) Parcelamento federal – Ao longo de 2024 a Companhia e suas controladas aderiram a parcelamento simplificado. Os débitos foram parcelados em até 60 meses com parcelas mensais e sucessivas. A movimentação dos parcelamentos está demonstrada a seguir:					Despesa de imposto de renda e contribuição social			
Consolidado		31/12/2024	31/12/2023		Corrente			
Saldo inicial		4.486	6.871		Diferido			
(+) Adesão ao parcelamento		6.582	4.465		Taxa efetiva			
(+) Juros de atualização		806	447		25. Receita de prestação de serviços – consolidado			
(-) Pagamentos efetuados de principal		(1.785)	(1.628)		As controladas da Companhia geram receitas principalmente pelos seus serviços com exames laboratoriais, diagnósticos e imagens, para clientes particulares e clientes de operadoras de saúde suplementar. Abaixo apresentamos a conciliação entre o faturamento bruto para fins fiscais, incluindo a desagregação por tipos de contrato de clientes, e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultados do exercício:			
(-) Pagamentos efetuados de juros		(1.036)	(5.669)		31/12/2024		31/12/2023	
Saldo final		9.053	4.486					
As parcelas têm vencimentos como seguem:					Receita com convênios			

